

O PROJETO DE RESTAURO DA IGREJA MATRIZ DE SANTANA DE PATOS: PARTICULARIDADES, PROPOSTAS E ADEQUAÇÕES DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL DE PATOS DE MINAS - MG

EL PROYECTO DE RESTAURACIÓN DE LA IGLESIA MATRIZ DE SANTANA DE PATOS: PARTICULARIDADES, PROPUESTAS Y AJUSTES DE UN PATRIMONIO CULTURAL DE PATOS DE MINAS – MINAS GERAIS

THE RESTORATION PROJECT OF THE MAIN CHURCH OF SANTANA DE PATOS: PARTICULARITIES, PROPOSALS AND AJUSTMENTS OF A CULTURAL HERITAGE OF PATOS DE MINAS – MINAS GERAIS

PICCINATO JUNIOR, DIRCEU

Doutor em Urbanismo, ATITUS Educação, E-mail: dirceu.piccinato@atitus.edu.br

CAIXETA, CIRA

Mestranda, ATITUS Educação, E-mail: ciralinabc@gmail.com

RESUMO

Um projeto de restauro deve associar a conservação à manutenção, baseando-se nas particularidades do bem. Escolhida como foco deste trabalho por ser uma das construções mais antigas do município ainda existentes, localizada no distrito de Santana de Patos, Patos de Minas - MG, a igreja Matriz foi erguida em louvor a Santa Ana. Foi tombada por decreto municipal em 14 de abril de 1998. O projeto de restauro da igreja foi elaborado pela empresa RM Cultural no ano de 2020, que, consciente do valor da cultura, da religiosidade e da memória da comunidade à qual pertence, busca proteger e preservar o patrimônio local. Este artigo possui como objetivo geral analisar o projeto de restauro, suas particularidades e propostas, bem como as adequações que foram necessárias ao longo do tempo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão de literatura e fontes documentais primárias, incluindo os cadernos elaborados pela empresa responsável pelo projeto e execução do restauro do bem. Como resultado da pesquisa, verificou-se que os cadernos analisados foram bem elaborados, com diretrizes de projetos e proposta de intervenção bem fundamentados, transmitindo de forma clara todos os processos e normas que devem ser seguidos para que o restauro seja executado. Vale ressaltar, ainda, que a empresa responsável pelo processo de restauro procura, de certa forma, por meio dos cadernos, respeitar as cartas patrimoniais, em particular a Carta de Veneza de 1964 e a Carta de Restauro de 1972, viabilizando as diferentes orientações contidas nessas cartas patrimoniais de modo a assegurar o sentido de preservação de um patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: restauro; patrimônio; igreja; Santana de Patos.

RESUMEN

Un proyecto de restauración debe asociar la conservación con el mantenimiento, en función de las particularidades del inmueble. Elegida como eje de este trabajo por ser una de las construcciones más antiguas existentes en el municipio, ubicada en el distrito de Santana de Patos, Patos de Minas (Minas Gerais, Brasil), la Iglesia Matriz fue construida en honor a Santa Ana. Catalogada por decreto municipal del 14/04/1998. El proyecto de restauración de la iglesia fue elaborado por RM Cultural en el año 2020, consciente del valor de la cultura, la religiosidad y la memoria de la comunidad a la que pertenece, busca proteger y preservar el patrimonio local. Este artículo tiene como objetivo general analizar el proyecto de restauración, así como sus particularidades, propuestas y ajustes que fueron necesarios a lo largo del tiempo. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la revisión bibliográfica y fuentes documentales primarias, incluyendo los cuadernos elaborados por la empresa responsable del proyecto y ejecución de la restauración del inmueble. Como resultado de la investigación, los cuadernos analizados, los cuales fueron elaborados con lineamientos de proyectos y propuestas de intervención, fueron bien elaborados, fundamentados y transmiten con claridad todos los procesos y normas que se deben seguir para que se lleve a cabo la restauración. También vale la pena mencionar que la empresa responsable del proceso de restauración, a través de los cuadernos, en cierto modo, busca respetar las cartas del patrimonio, en particular la Carta de Venecia de 1964 y la Carta de Restauración de 1972, habilitando las diferentes pautas contenidas en estas cartas, bienes para asegurar el sentido de conservación de un patrimonio cultural.

PALABRAS CLAVES: restauración; patrimonio; iglesia; Santana de Patos.

ABSTRACT

A restoration project must associate conservation with maintenance, based on the property's particularities. Chosen as the focus of this work because it is one of the oldest existing buildings in the municipality, located in the district of Santana de Patos, Patos de Minas (Minas Gerais, Brazil), the Main Church was built in honor of Santa Ana. Listed by municipal decree on 04/14/1998. The Church's restoration project was prepared by RM Cultural in 2020, aware of the value of culture, religiosity and the memory of the community to which it belongs, seeks to protect and preserve the local heritage. This article has the general objective of analyzing the restoration project, as well as its particularities, proposals and adjustments that were necessary over time. The methodological procedures used were the literature review and primary documentary sources, including the notebooks prepared by the company responsible for the project and execution of the restoration of the property. As a result of the research, the notebooks analyzed, which were prepared with guidelines for projects and intervention proposals, were well prepared, substantiated and clearly convey all the processes and norms that must be followed for the restoration to be carried out. It is also worth mentioning that the company



responsible for the restoration process, through the notebooks, in a way, seeks to respect the heritage charters, in particular the Venice Charter of 1964 and the Restoration Charter of 1972, enabling the different guidelines contained in these charts. assets in order to ensure the sense of preservation of a cultural heritage.
KEYWORDS: restorator; cultural heritage; church; Santana de Patos.

Recebido em: 16/05/2023
Aceito em: 15/08/2023

1 INTRODUÇÃO

O município de Patos de Minas está situado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na atualidade composto por oito distritos, sendo a cidade de Patos de Minas o distrito-sede. Entre os outros sete distritos, está Santana de Patos, que é o mais antigo deles. Santana de Patos está localizado ao sul do distrito-sede (Patos de Minas); o acesso é realizado por rodovias através da BR-146 e, posteriormente, pela BR-365, com uma distância aproximada de 40 quilômetros (PATOS DE MINAS, 2015) entre o distrito e a cidade de Patos de Minas. O distrito possui hoje extensão territorial de 548,44 m² e uma população estimada de 2231 habitantes; destes, 788 moradores vivem na sede do distrito (IBGE, 2021).

O povoado de Santana de Patos teve início no começo do século XIX, por volta de 1806. Sua história reporta ao fim do período colonial brasileiro e segue os direcionamentos urbanísticos portugueses, quando uma capela ou igreja era um agente modelador do espaço urbano (TEIXEIRA, 2012). O terreno onde hoje se encontra o distrito pertencia inicialmente, desde 1766, ao Termo de Araxá, quando todo o território do Triângulo Mineiro ainda fazia parte da Capitania de Goiás. Em 1816, Dom João VI, Príncipe Regente, anexou essa área a Minas Gerais, e ela passou a subordinar-se à Comarca de Paracatu. Entre 1840 e 1866, Sant'Ana pertenceu ao município de Patrocínio; sua vinculação ao município de Patos de Minas ocorreu quando este foi emancipado politicamente de Patrocínio, com instalação definitiva da câmara de vereadores em 29 de fevereiro de 1868. A partir dessa data, Sant'Ana da Barra do Espírito Santo teria seu nome alterado para Santa Ana do Paranaíba (1872) e, por fim, Santana de Patos (1938) (FONSECA, 1974).

Em 26 de setembro de 1817, de acordo com os Autos de Divisão da Sesmaria de Santana ou Paraíso, o território da Sesmaria foi cedido a Dona Ana Soares da Encarnação, como meeira testamenteira e cabeça de casal do falecido Capitão Custódio Ferreira de Sousa. Ana Soares da Encarnação doou, então, parte de suas terras para a construção da capela de poder público e, para construí-la, deveria ser requerida a licença ao Bispo, que exigia a doação de um patrimônio, de acordo com as leis eclesiásticas. Como padroeira foi escolhida Santa Ana, mãe da Virgem Maria. Este documento também faz menção à existência anterior do arraial e de sua ermida. Certamente tratava-se de uma construção simples, modesta, que deve ter servido à comunidade por aproximadamente 50 anos. Em face do crescimento e fortalecimento do povoado, na segunda metade do século XIX, a comunidade entendeu ser necessário construir um templo maior, que estivesse à altura do lugar, resultando na edificação da igreja atual, um dos bens patrimoniais mais significativos da região (MELLO, 2008; FONSECA, 1974).

O presente artigo tem como objetivo analisar o projeto de restauro da Igreja de Santana de Patos, distrito do município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais. Para tal, foram utilizados como processos metodológicos a revisão de literatura científica e fontes documentais primárias, que incluem os levantamentos da empresa responsável pelo restauro, o projeto e planilhas de execução das obras. Pesquisas de campo, isto é, visitas *in loco*, também foram necessárias para melhor compreensão do processo construtivo, assim como da importância dessa igreja para a comunidade do distrito de Santana de Patos. O estudo visa contribuir para o debate acerca das dimensões social, ambiental e espacial desse distrito, enfatizando a importância de bens culturais para pequenas comunidades.

Como metodologia, é importante destacar que se trata de um estudo de abordagem crítico-dialética. Temos consciência de que a aplicação dos pressupostos desse tipo de abordagem dialética configura-se complexa e demanda conhecimentos específicos por nossa parte. Contudo, ressaltamos que partimos de uma problemática de pesquisa embasada no resgate crítico de produções teóricas sobre o tema e em fontes documentais primárias (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Assim, o presente artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: a primeira seção é conformada pela introdução; nela destacamos o tema, o objeto, a metodologia e os instrumentos metodológicos. Na segunda seção, analisamos os aspectos essenciais para se pensar um projeto de restauro contemporâneo. Na terceira seção, narramos a história da Igreja Matriz de Sant'Ana. Na quarta, temos como foco de análise o projeto de restauro da igreja. E, na última seção, a quinta, apresentamos as nossas considerações finais acerca do restauro.

2 ASPECTOS ESSENCIAIS DA RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS

O restauro de bens de valor cultural é uma das vertentes, entre outras, de estudos que envolvem o patrimônio cultural. Não é um assunto recente, seus pressupostos e ideias nos levam ao século XIX. Nesse sentido, no final do referido século foram publicadas na Itália diferentes críticas sobre as obras de restauração em curso naquele momento. Essas críticas não olhavam apenas para o território italiano, mas também para outros países europeus.

Os temas recorrentes desse debate eram questões que envolviam os falsos históricos implementados nas edificações restauradas, conjuntura que promovia um desrespeito à arquitetura original do artefato. Outra crítica colocada pelas publicações referia-se à eliminação das marcas deixadas nos edifícios pela passagem do tempo e pelas diferentes fases da história das construções, bem como a recomendação de que as intervenções restaurativas permitissem a distinguibilidade entre os períodos construtivos, históricos e culturais.

Destacaram-se entre os críticos italianos Carlos Cattaneo (1801-1896), Giuseppe Fiorelli (1823-1896), Tito Paravicini (1832-1899) e Camilo Boito (1836-1914). Dentre esses teóricos italianos, destacou-se Camilo Boito, que, depois de um período trabalhando como arquiteto restaurador, elaborou diversos textos, culminando com uma proposta criteriosa quanto a um projeto de restauro. Esses critérios, relacionados abaixo, são ainda hoje reconhecidos como princípios fundamentais da restauração:

- i) Reconhecer o valor documental dos monumentos, para os quais é preferível consolidar a reparar, e reparar a restaurar;
- ii) Evitar acréscimos e renovações, que, se forem necessários, devem ser diferentes do original, porém sem destoar deste;
- iii) Utilizar materiais diversos do original nas complementações de partes degradadas ou no preenchimento de lacunas;
- iv) Respeitar as diversas fases do monumento, admitindo somente a eliminação de acréscimos de valor inferior ao do documento;
- v) Documentar as intervenções com descrições e justificativas complementadas com registro fotográfico das obras realizadas;
- vi) Registrar a data e a natureza das intervenções em lápides a serem colocadas no monumento (LYRA, 2016, p. 70-71).

Um outro critério que podemos correlacionar aos anteriores é a organização de um diário de desenvolvimento da restauração. Quem aponta para a elaboração desse tipo de anotações é a Carta de Restauro de 1972, a ser analisada a seguir. Contudo, é importante destacar que no diário deverão ser anexadas fotografias de antes, durante e depois da intervenção, devendo ser documentadas todas as eventuais pesquisas e análises realizadas com o auxílio das ciências químicas, físicas, microbiológica, entre outras. Neste momento, destacamos que essa documentação foi e está sendo elaborada pelos responsáveis pela restauração da Igreja Matriz de Santana de Patos.

Essas ponderações acerca das ideias de Boito demonstram que o reconhecimento do valor documental de uma obra significava a condenação da prática do restauro que promovia a eliminação de acréscimos e modificações em nome de uma unidade estética, conjuntura comum na segunda metade do século XIX em diferentes países europeus. Essa nova linha de atuação, que considerava as diversas fases da história de uma edificação, foi denominada na Itália como “restauro filológico”.

A Boito seguiu-se Gustavo Giovannoni (1873-1947), que elaborou a Carta de Restauro italiana, em que foram estabelecidos conceitos fundamentais, como o do respeito ao ambiente em que está inserido o artefato e ao caráter e à fisionomia urbana. Coube a outro italiano, Cesare Brandi (1906-1988) definir os conceitos universais presentes na Carta de Veneza, conforme aponta Lyra (2016). Entre os principais conceitos traçados por Brandi, destacamos a dialética da intervenção restaurativa da obra, isto é, a conciliação entre a história e a estética no projeto de restauro, sem correr o risco de elaborar uma falsificação artística ou histórica junto à arquitetura (LYRA, 2016).

A Carta de Veneza (1964) e a Carta de Restauro (1972) configuram-se como cartas patrimoniais, que são documentos elaborados por diferentes especialistas da área do patrimônio cultural objetivando orientar e regular as práticas de preservação dos bens patrimoniais.

A Carta de Veneza traz definições acerca da restauração e conservação, bem como sua finalidade. Ela ressalta que a restauração tem por objetivo revelar os diferentes valores dos bens culturais, fundamentando-se, particularmente, no respeito à sua autenticidade. Outro aspecto relevante acerca dessa carta é que todo trabalho de conservação, restauração e escavação em sítios históricos devem ser acompanhados pela elaboração de um conjunto detalhado de documentos “sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias (IPHAN, 2004, p. 95).

A Carta de Restauo, elaborada no âmbito do Ministério da Instrução Pública do governo da Itália e publicada em 06 de abril de 1972, nos esclarece dois conceitos relevantes para a preservação dos bens culturais. Ela explica que a salvaguarda de um artefato é qualquer medida de conservação que não implique, necessariamente, uma intervenção direta sobre a obra. Quanto à restauração, a carta declara que é “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos [culturais]” (IPHAN, 2004, p. 148). A carta ainda destaca que, quando houver a necessidade de intervir numa construção, em razão da restauração, é fundamental que o profissional responsável pelo projeto adote materiais diferenciados para que seja visualmente clara a distinção entre os tempos, anterior e presente, da construção. Um exemplo de técnica a ser empregada nesse contexto é a anastilose. Trata-se da recomposição de obras que estiverem fragmentadas, parcialmente perdidas, “reconstruindo as lacunas de pouca identidade com técnica claramente distinguível ao olhar (...)” (IPHAN, 2004, p. 149).

Há, contudo, teóricos contrários a qualquer tipo de intervenção, ou processo de restauração que promova alterações nas edificações. Destacamos nesse cenário o inglês John Ruskin (2008). Ele viveu um momento dicotômico entre os antigos costumes sociais e os emergentes em decorrência da Revolução Industrial do século XIX. Nesse sentido, o movimento desenvolvimentista acelerado provocava a substituição de forma gradativa do sistema de manufaturas. Essa realidade gerou no teórico alguns desconfortos, entre eles destacamos o relacionado à restauração. Para Ruskin, a restauração significava uma destruição do edifício. O que estava sendo colocado por ele é que, dentro desse processo, seria impossível restituir o belo, a arquitetura, uma vez que alma dada ao prédio pelo primeiro responsável dele já não estava mais presente, ou seja, essa dimensão etérea jamais poderia ser restituída.

Para tanto, a restauração, conforme esse breve aporte teórico, nos possibilita pensar que seu conceito está relacionado ao trabalho que tem a intenção de modificar aspectos perceptíveis do artefato, respeitando critérios, normativas, significância sociocultural e ética.

Quanto ao aspecto ético de um restauo, Viñas (2021) argumenta que a teoria contemporânea da restauração postula o estabelecimento de uma relação dialética e não impositiva entre as partes interessadas. Essas partes são, em geral, o arquiteto restaurador, o responsável pela obra, o contratante, o dono do artefato, o político, ou seja, um conjunto de “autores” e suas respectivas ideias para a edificação. Assim, o autor ressalta que a ética a ser considerada por todos não é aquela ética ‘sagrada’, e vitoriosa pelo fato de ser a detentora do poder, em detrimento das demais (não empoderadas), mas sim a ética do equilíbrio, do consenso. Isso significa que se trata, definitivamente, “de reconhecer que a Restauração se faz para aqueles sujeitos a quem um objeto afeta de maneiras muito diversas e, frequentemente, intangíveis, e que estes têm o direito de participar das tomadas de decisões ou, ao menos, que seu ponto de vista seja levado em conta” (VIÑAS, 2021, p. 172).

Outra linha conceitual que auxilia na orientação de um projeto de intervenção é a conservação integral. A premissa dessa linha, segundo Lyra (2016), é o reconhecimento do aspecto documental da edificação. Tal dimensão revela a importância do registro de todas as referências que expressam a história do artefato. Nesse sentido, esse conceito renega toda restauração que tente apagar a trajetória da construção no tempo. Essa corrente resulta da escola italiana e é denominada como “restauo científico”. Porém, há uma crítica sobre esse tipo de restauo, o imobilismo, que condena a construção a ser mantida com toda sorte de modificações e acréscimos sem nenhum tipo de avaliação técnica sobre seu valor.

Assim, procurando compreender e ressignificar conceitos, teorias, teóricos e normativas nesse campo, consideramos como pensamento essencial para o desenvolvimento de um projeto de restauração, o fato de que a restauração coerente com a contemporaneidade é aquela que contextualiza um número relevante de teorias, mesmo sabendo que elas podem apresentar aspectos contraditórios e, claro, dependendo da tipologia da edificação. Isso significa, na compreensão do que seja uma teoria contemporânea da restauração, conforme aponta Viñas (2021, p. 182), que ela deve ser democrática, isto é, deve ser pensada e proposta a partir da articulação entre representantes sociais e profissionais qualificados, que juntos tentam aplicar critérios de negociação e sustentabilidade. “As decisões correspondem aos especialistas, mas estes devem estar conscientes de para quem trabalham e de onde provém sua autoridade sobre o patrimônio”. Assim, uma boa restauração é aquela que parte do princípio de que os diferentes “autores”, principalmente o arquiteto, devem gerar menos prejuízo a um menor número de sensibilidades socioculturais das partes envolvidas e da própria arquitetura.

3 A HISTÓRIA DA IGREJA

A história da Igreja Matriz (foco deste estudo) se confunde com a história do próprio distrito de Santana de Patos. De acordo com o memorialista Mello (2008), o povoado de Santana teve início por volta de 1806. Em 1816, foi erguida primeiramente uma ermida, uma capela particular. Capelas dessa natureza deveriam renovar licença para existência de tempos em tempos, junto ao bispo. A doação das terras do patrimônio, bem como a construção de uma igreja “pública” foi resultado do domínio, posse legal e definitiva do território por meio da Carta de Sesmaria de Santana ou Paraíso, “concedida originalmente a Manoel da Costa e Silva, por Fernando Delgado de Castilho, Governador da Capitania de Goiás, aos 11 de maio de 1816” (MELLO, 2008).

O território da Sesmaria foi posteriormente cedido a dona Ana Soares da Encarnação, como meeira testamentária do falecido capitão Custódio Ferreira de Sousa. De posse do território, em 1822, ano da independência do Brasil, Ana Soares da Encarnação doou parte de suas terras para a construção da capela, esta, de poder público. Para construí-la, deveria ser requerida a licença ao Bispo, que exigia a doação de um patrimônio, de acordo com as leis eclesiásticas. O patrimônio foi devotado a Sant’Ana, mesmo nome da doadora e da mãe da Virgem Maria (FONSECA, 1974).

Quanto à construção da primitiva capela, tratava-se de uma construção simples, modesta, que deve ter servido à comunidade por aproximadamente 50 anos (MELLO, 2008). Diante do crescimento e fortalecimento do povoado, na segunda metade do século XIX, surgiu a necessidade de um templo maior para a comunidade, resultando na edificação da igreja atual, um dos bens patrimoniais mais significativos da região. Conforme documento técnico, que integra o processo de tombamento do artefato, o estilo arquitetônico da igreja corresponde à quarta fase do barroco mineiro, perceptível, especialmente, internamente, por conta da rusticidade dos trabalhos em madeira. A edificação original possui três naves sem torre, erguida com direito a galilé¹ e sino, no início do século XX (PATOS DE MINAS, 1998). No âmbito religioso, Santana foi curato (distrito eclesiástico) de 1832 até 1872, quando foi criada sua paróquia, pela Lei 1.903 de 19/07/1872. A instalação da paróquia ocorreu no ano subsequente, com a posse do primeiro vigário, Luiz Ferreira da Silva Luz (FONSECA, 1974).

Santana de Patos, em certa medida, seguiu a dinâmica de fundações urbanas no Brasil colônia e império, assim como outros povoados e seus respectivos patrimônios fundiários, no tocante à formação e elevação de seus *status* urbanos. Aos poucos, famílias foram se mudando para o local e construindo residências nas terras destinadas à igreja, chegando a ocupar praticamente todo o território ao longo de um século. Por essa razão, em 1914, a Câmara Municipal de Patos de Minas e a Diocese de Uberaba acordaram a resolução do problema. O Agente do Executivo de Patos de Minas, Dr. Marcolino de Barros, pagou ao Bispo Diocesano, Dom Eduardo Duarte e Silva, o valor de 1:300\$000 (um conto de trezentos mil réis) pelas terras, cedendo-as ao município. Este, por sua vez, promoveu a regularização dos terrenos dos inúmeros posseiros nos anos posteriores (PATOS DE MINAS, 2018).

A igreja está situada junto à praça Jaime Ramos, que é utilizada para festividades locais e quermesses, na região central do distrito, em local de destaque. O entorno é composto por edificações de até dois pavimentos, predominantemente residenciais, com alguns pontos comerciais, uma escola e uma quadra poliesportiva, compondo os elementos delineadores da formação urbana. Interessante destacar que a maioria das edificações não possui afastamento frontal. Em toda a lateral nordeste existe um muro de arrimo em pedras com uma escadaria que permite acesso à igreja (Figuras 1, 2 e 3).

Atualmente, o prédio é propriedade privada da Mitra Diocesana, que, juntamente com a Associação Educacional e Cultural de Santa Terezinha (ACEST) e a Entidade comunitária do próprio distrito, coordenam a reforma de restauração da igreja. A Prefeitura Municipal de Patos de Minas possui responsabilidade solidária com o bem, na medida em que promoveu o tombamento², devendo apoiar técnica e financeiramente projetos de restauração (FERNANDES, 2012).

Figura 1: Croqui de implantação da Igreja Matriz de Santana de Patos.



Fonte: Caderno 1, 2020³.

Figura 2: A Igreja Matriz de Santana de Patos, vista pela lateral nordeste.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 3: Igreja Matriz de Santana de Patos, vista frontal.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

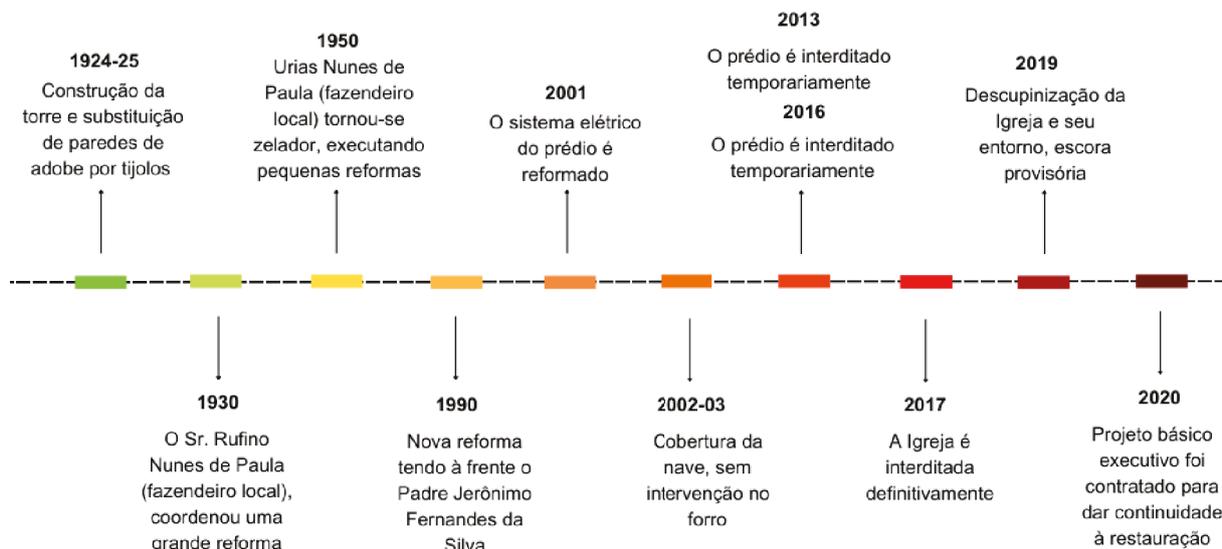
4 RESTAURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE SANTANA DE PATOS

A empresa contratada pela mitra para realizar o restauro, a reforma e as adaptações na Igreja Matriz de Santana de Patos é a RM Cultural. Ela é responsável, além das etapas de restauro, reforma e adaptações, pela prospecção de danos e pelos projetos. O processo de restauro, que perdura ainda neste ano de 2023, teve início em novembro de 2020. Os documentos que compõem o processo são formados pelo Caderno I, denominado “Identificação, Diagnóstico e Conhecimento do Bem”, e pelo Caderno II, que constitui a proposta de intervenção.

O Caderno 01 consolida as pesquisas e estudos anteriormente realizados como, por exemplo, o Dossiê de Tombamento do bem. O objetivo é o de complementar as informações sobre a Igreja Matriz de Santana, analisando, de forma pormenorizada, os aspectos históricos e artísticos do bem, com a finalidade de compreender seu significado, conhecer sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais foi reconhecida como patrimônio cultural de Patos de Minas-MG.

Uma etapa fundamental, presente no primeiro caderno, é o mapeamento das intervenções que já foram realizadas em outros momentos. A ideia dessas identificações é a de construir uma análise sobre os diferentes momentos construtivos e históricos da igreja, de modo a compreender o valor, o significado e a autenticidade da obra. Nesse cenário, destaca-se, por exemplo, a construção da torre, bem como elementos aplicados recentemente que “descaracterizaram” a igreja, tal como a introdução de azulejos nas paredes da nave (Figura 4).

Figura 4: Uma linha do tempo explicando as intervenções que já ocorreram na igreja.



Fonte: Adaptado de Caderno I, 2020.⁴

Entre os anos de 1924 e 1925, houve a construção da torre sineira e substituição de paredes em adobe por tijolos (fachada e fundos). As paredes laterais, no entanto, ainda hoje permanecem em adobe. Na década de 1930, o Sr. Rufino Nunes de Paula (fazendeiro local), coordenou uma grande reforma, quando ocorreu a troca do assoalho de tábuas largas e corridas por ladrilhos hidráulicos, cobrindo as sepulturas de alguns religiosos ali enterrados, sem deixar identificação. Telhas cerâmicas “comuns”, conforme aponta o Caderno 1, foram substituídas por telhas francesas e foram retiradas as grades em madeira talhada, que eram usadas para separar os homens das mulheres nas celebrações. Nessa mesma década, a iluminação era fornecida pelo Sr. Urias. Ele era proprietário de uma usina em sua fazenda, e o fornecimento de energia só era possível quando e se a usina estivesse em funcionamento; essa situação perdurou até 1951.

Na década de 1950, esse mesmo fazendeiro, Urias Nunes de Paula, tornou-se zelador, executando pequenas reformas, como retoques e caiações. No início dos anos de 1990, a igreja passou por nova reforma, tendo à frente o padre Jerônimo Fernandes da Silva, a pedido da comunidade. Nessa reforma, colocaram forro PVC no corpo da igreja, cobriram as pinturas do altar-mor e altares laterais, colocaram colunas e adornos nos altares e azulejos nas paredes internas e na entrada central. É importante salientar que não há registro da existência de forro na nave da igreja, com exceção da capela-mor, que possuía forro

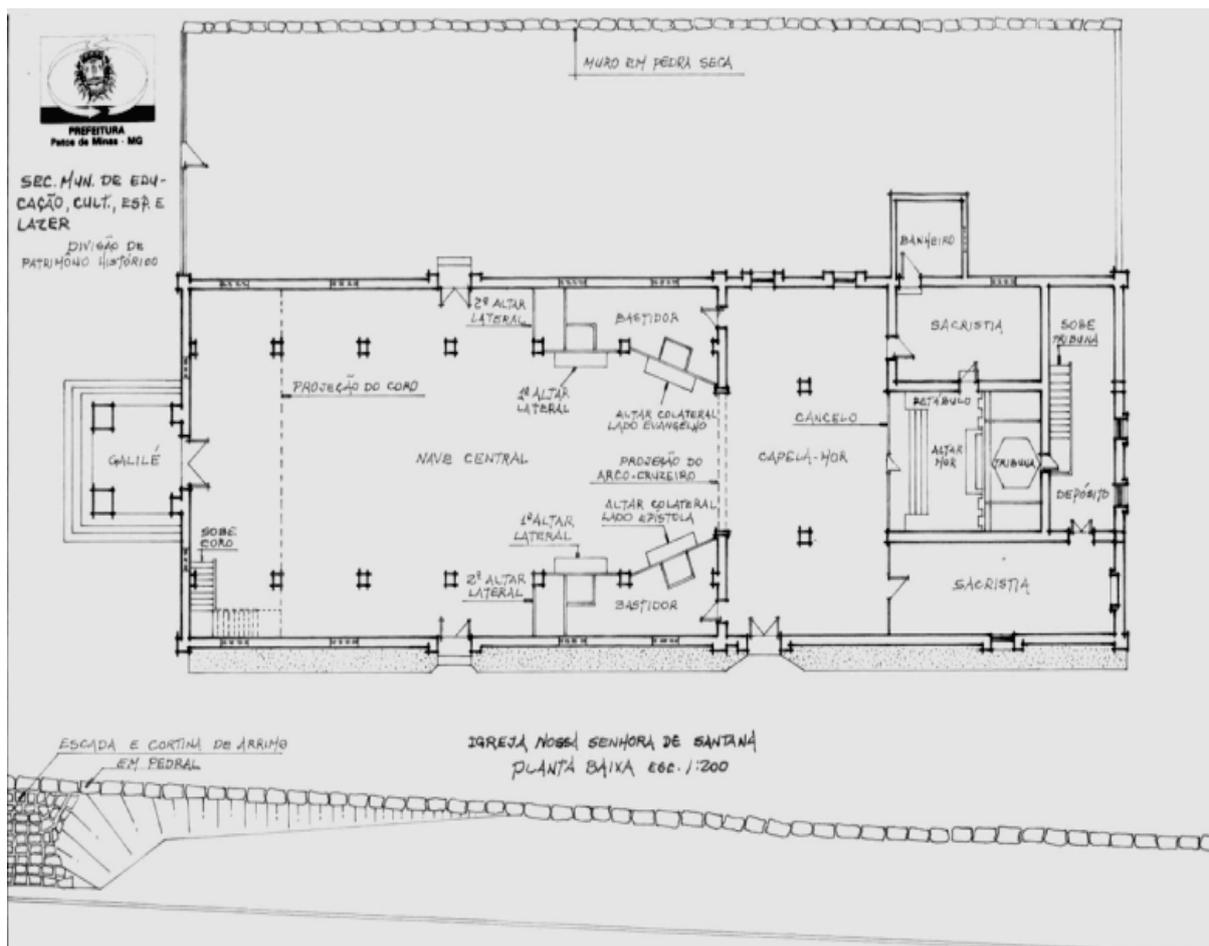
em madeira. Em 2001, o sistema elétrico da edificação foi reformado, com aproveitamento de grande parte da fiação antiga. Nos anos seguintes, de 2002 a 2003, foi realizada a cobertura da nave, sem intervenção no forro.

Os principais problemas são apontados em 2013, quando o prédio foi interditado temporariamente, mas passou por algumas intervenções e foi reaberto. Em 2016, foi novamente interditado e, depois de sofrer algumas intervenções, a igreja foi reaberta temporariamente, até a interdição definitiva no início de 2017, que perdura até os dias atuais. Em 2019, houve a descupinização da igreja e seu entorno, proteção dos elementos artísticos e integrados, vistoria e laudo firmado por profissional habilitado de certificação de rigidez e segurança da escora provisória do interior da igreja. Finalmente, em 2020, o projeto básico executivo foi contratado para dar continuidade à restauração.

Pela quantidade de intervenções realizadas, particularmente nos últimos 10 anos, verifica-se uma preocupação recente do poder público, da Igreja e da comunidade com a integridade desse bem cultural e com a segurança dos fiéis. Muitas das tentativas de restauros nesse período resultaram frustradas, pois empreiteiras e instituições não conseguiram alcançar um nível de restauração satisfatório, que atendesse às reais necessidades de uma preservação adequada. Isso acontece porque nem todos os escritórios de arquitetura e nem todas as construtoras têm conhecimento técnico para trabalhar com projetos de restauração de artefatos históricos. Segundo o Caderno de Diagnóstico, o mais preocupante no caso da igreja de Santana de Patos é a situação estrutural da edificação, expressando uma rápida necessidade de estabilização da estrutura para que mais tarde pudessem ser feitas as intervenções de ordem estética.

Na primeira etapa do diagnóstico, um croqui foi elaborado para o levantamento dessa edificação. Esse levantamento mostra que, além do galilé, por onde é feito o acesso principal a partir de uma escada de três degraus e piso em ladrilho hidráulico, a igreja também é formada pela nave central com corredores laterais, capela-mor também com corredores laterais, ladeada por duas capelas adjacentes (Figura 5).

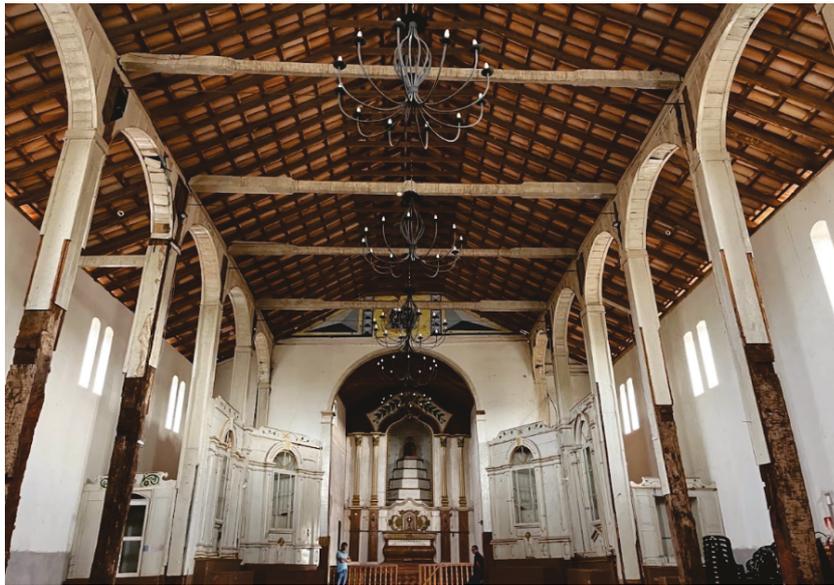
Figura 5: Croqui representando a planta baixa da igreja.



Fonte: Adaptado de Caderno I, 2020.⁵

Ainda no primeiro caderno são expostas todas as particularidades do bem tombado pelo município de Patos de Minas, incluindo sua descrição arquitetônica detalhada, assim como de todos os seus elementos e o estado de conservação de cada um deles, com o objetivo de conferir suporte ao desenvolvimento da proposta de intervenção e documentar todos os elementos e o próprio processo de restauração. Entre as especificações pontuadas nesses documentos (Caderno I e Caderno II) está a necessidade de remover o revestimento dos pilares para uma prospecção da estrutura, de forma que ocorra a menor perda possível do material original de revestimento. Os documentos ainda ressaltam a necessidade de retirada do forro para contenção de vazamentos de água pluvial, até porque não está completamente fixado, havendo risco de queda. Marcas de fissuras, recalque do solo e marcas de umidade nas paredes foram identificadas e constam dos documentos. Esses problemas foram destacados devido a uma preocupação quanto à estabilidade estrutural. Foram registradas ainda a existência de colônias de insetos em algumas paredes, ninhos de pássaros e deslocamento do reboco. Pisos e pinturas apresentam vários tipos de danos, incluindo manchas por produtos de limpeza usados erroneamente e fezes de animais (Figuras 6 e 7).

Figura 6: Fotografia interna da igreja, ao fundo a capela-mor. Nela é possível identificar algumas patologias.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 7: Fotografia interna da igreja, ao fundo porta principal.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A igreja ainda possui vários bens integrados a ela, os quais tiveram todos os danos mapeados, entre eles encontram-se dois retábulos frontais, o sino, o arco cruzeiro, balaústres ornamentais, entre outros. Os retábulos laterais, durante a fase de levantamento da igreja, apresentaram mais camadas de pintura e estrutura diferenciadas, se comparadas com todo o restante do bem, levando a empresa especializada a acreditar que eles pudessem fazer parte da capela primitiva que foi erguida ali. Contudo, não há dados e documentos que comprovem essa suposição (Figuras 8 e 9).

Figura 8: Fotografia do retábulo lateral direito.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 9: Estado de conservação da parte posterior do retábulo lateral direito.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O Caderno II é composto pelo “Projeto Básico de Restauro”, pelo “Projeto Executivo de Reforço Estrutural”, e também por “Projetos Complementares” dentre os quais destacamos o Projeto de Restauro dos Elementos Artísticos, Instalações Elétricas, Luminotécnico, Hidráulico, Sanitário, Instalações de Prevenção e Combate de Incêndio e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas.

De acordo com a RM Cultural, as intervenções a serem executadas devem se restringir absolutamente ao necessário, procurando distinguir os elementos preexistentes dos que foram empregados agora e, importante, sendo eles reversíveis, não constituindo na construção um falso histórico e um falso artístico. O Caderno também destaca as responsabilidades e obrigações da empresa contratada para a execução dos serviços, como seguir os projetos com fidelidade, utilizar materiais de qualidade especificados, supervisionar trabalhos de empresas subcontratadas, responsabilizar-se pelo cumprimento de prazos, instalar canteiro de obras e prezar pela segurança dos funcionários, fornecer, quando solicitado, protótipo dos materiais utilizados, comunicar divergências, comunicar qualquer achado de interesse histórico, científico ou econômico, entre vários outros itens listados que permitem fiscalização, segurança do bem, dos trabalhadores e de construções próximas. O Caderno também destaca toda a equipe técnica responsável pelas obras, citando o papel de cada arquiteto, engenheiro, restaurador, além de toda a documentação que deve ser apresentada aos contratantes e órgãos públicos durante todo o processo.

Todo o memorial descritivo da proposta materializa o restauro da Igreja Matriz de Santana de Patos, visando preservar valores históricos e artísticos, procurando adaptá-la às condições de segurança, conforto e acessibilidade, sem desvirtuar sua imagem e características tradicionais. Algumas intervenções realizadas ao longo dos anos agregaram valor estético ao bem, como a construção da torre, porém outras comprometeram as características arquitetônicas, numa concepção geral do conjunto. Durante as etapas de prospecção, a empresa responsável verificou que, antes das modificações de ordem estética, a prioridade é a estabilização da estrutura, que causa preocupação no atual momento. Devido às obras de reforço estrutural, será necessária a retirada de algumas peças de ladrilho hidráulico, por isso, para substituição das peças que não poderão ser reaproveitadas, peças novas e similares deverão ser confeccionadas.

Nesse sentido, as principais intervenções que destacamos, com base nos documentos citados, são: a demolição de um banheiro, pois ele não se conforma como parte do corpo principal da edificação, para tanto, será construído um novo na parte posterior do retábulo do altar-mor; retirada da pia batismal da sala de apoio, atrás dos retábulos laterais do lado do evangelho, colocando-a na sacristia; demolição da parede que divide a lateral do lado do evangelho, restaurando, assim, a configuração original do espaço; fechamento da abertura entre a capela lateral do evangelho com o altar; retirada dos azulejos na parte interna das naves laterais e na parte externa do galilé com intuito de resgatar a homogeneidade estética do bem.

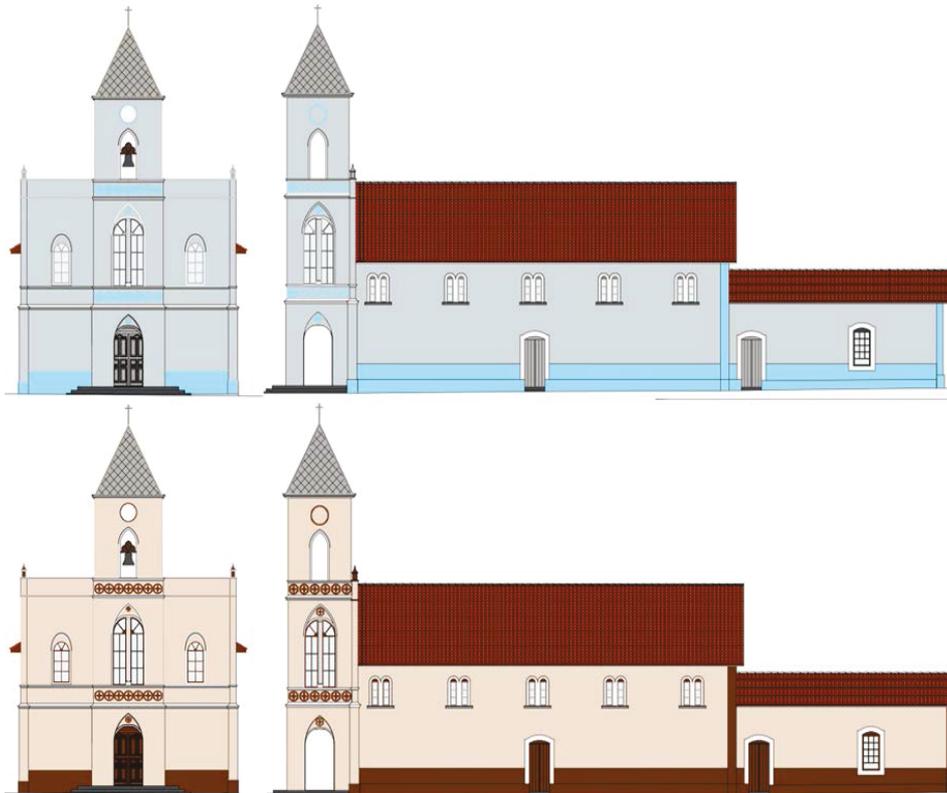
Para as adequações de reforço estrutural e alvenaria, assoalhos em madeira, requalificação externa e projeto paisagístico, cobertura e forro, escadas, entre outros elementos, o Caderno II, de maneira geral, descreve de que maneira as soluções encontradas devem ser executadas, detalhando a forma como as peças devem ser retiradas, tratadas, substituídas ou reutilizadas, conforme definido no projeto. Dessa maneira, o projeto opta pelo mínimo possível de intervenções e pelo máximo aproveitamento de materiais existentes, da forma e do aspecto existente.

Com relação à cobertura, todas as estruturas dos telhados deverão ser inspecionadas e deverão passar por processo de imunização. O projeto aconselha a colocação de manta de proteção entre as telhas e o forro para auxiliar na vedação. Quanto aos forros, foi constatado que o material utilizado, madeira na capela-mor e PVC no corpo da igreja, não é adequado e os mesmos deverão ser refeitos. A estrutura em alvenaria se encontra em bom estado, portanto, devem ser mantidas as características originais e somente executadas as recomposições necessárias dos revestimentos. As escadas de madeira existentes deverão ser recuperadas e os corrimãos e guarda-corpos metálicos substituídos por outros de madeira, e, caso não seja possível a substituição, deverão ser pintados da cor das escadas.

As fachadas deverão ser recuperadas, solucionando trincas e fissuras, recompondo reboco e pintura, assim como os elementos artísticos integrados a elas. Com relação às pinturas externas e internas, foram realizadas prospecções para retirar o material para análise e identificar as camadas antigas de materiais e cores utilizadas anteriormente. Tanto internamente quanto externamente foram elaboradas duas propostas de pintura que retomam cores próximas às originais ou, conforme estabelecido pelo Caderno II, propostas que visam reestabelecer uma leitura estética mais harmônica em relação à arquitetura da igreja, levando em consideração as cores já utilizadas em períodos anteriores. A primeira proposta de pintura das fachadas foi elaborada a partir do relatório fotográfico levantado na pesquisa histórica, constatando-se que, durante a década de 1980, a Igreja Matriz de Santana possuía nas fachadas pinturas em tons de cinza, azul e detalhes em branco. Já a segunda proposta, consiste em uma releitura das cores próximas das atuais, com modificações nos elementos artísticos que compõem a torre. A proposta das cores, conforme revela o

Caderno II, ainda será analisada pela Associação Educacional e Cultural de Santa Terezinha, quando as obras estiverem se aproximando dos estágios de acabamentos (Figura 10).

Figura 10: Representação gráfica das propostas de pintura externa da Igreja Matriz.



Fonte: Caderno 2, 2020⁶.

Em relação à degradação de materiais, percebeu-se que os agentes físicos, biológicos ou antrópicos causaram a maior parte dos danos. Os primeiros decorrem do intemperismo, principalmente das umidades originadas pela ação das águas pluviais. A relevante umidade do ambiente contribuiu para o surgimento de degradações provocadas por fungos e insetos xilófagos. O fator antrópico também é considerável, devido às diversas intervenções feitas ao longo das décadas, algumas delas com baixa qualidade técnica, resultando em descaracterização e degradação de materiais. A proposta tomou como ponto de partida o mínimo possível de intervenções e o aproveitamento máximo da matéria, da forma e do aspecto existentes. Contudo, algumas intervenções são necessárias, tais como algumas demolições e construções pontuais, bem como restauração e reconstrução dos elementos considerados fundamentais à leitura da edificação, como blocos faltantes dos retábulos, enxertos necessários no arco cruzeiro e complementações na escada de acesso ao coro, todos a serem executados em madeira previamente tratada e respeitando a tipologia de talha dos elementos originais.

5 CONCLUSÃO

Os cadernos que constituem a proposta de intervenção foram bem elaborados, fundamentados e transmitem de forma clara todos os processos e normas que devem ser seguidos para que o restauro seja executado, deixando evidente que uma obra de conservação é completamente distinta de qualquer outro tipo de obra da construção civil. O estágio atual é de começo de obra, implantação de canteiro, início de reparos estruturais e verificação do mapeamento de danos. Contudo, é importante ressaltar que as obras estão atrasadas devido à pandemia de Covid-19.

Neste momento é oportuno destacar que o projeto proposto para a restauração dessa edificação, em certa medida, procura respeitar as cartas patrimoniais, em particular a Carta de Veneza de 1964 e a Carta de Restauro de 1972. Nesse sentido, considerando que cartas patrimoniais visam auxiliar as práticas de intervenção junto aos bens de valor cultural e histórico, na Igreja Matriz de Santana, a empresa responsável

pelo projeto e obras está viabilizando as diferentes orientações contidas nessas cartas patrimoniais de modo a assegurar o sentido de preservação de um patrimônio cultural. Uma dessas orientações, conforme destacamos anteriormente, é a elaboração de diários detalhando com fotografias, mapeamento das patologias etc. todo o processo de restauro, em conformidade com o que pontua a Carta Patrimonial de Restauro de 1972.

Os cadernos, de modo geral, contribuem e estabelecem diretrizes eficientes para, de acordo com Lyra (2016), reconhecer o valor documental do monumento, evitar acréscimos e renovações desnecessários e, caso eles sejam necessários, diferenciá-los dos originais, entre outras especificações dos princípios fundamentais da restauração.

Outra estratégia utilizada e extremamente necessária são os relatórios de obra, que, além de respeitar as normas que regem restauros de edifícios históricos, garantem a documentação de todo o processo restaurativo de uma construção, necessidade preconizada pela Carta de Restauro de 1972. Esse diário de desenvolvimento da restauração, juntamente com os relatórios, deve conter, além dos registros dos procedimentos na obra e novas descobertas, as alterações que forem necessárias junto aos projetos complementares. Fotografias do antes, durante e depois pretendem auxiliar tanto na fase atual de reconhecimento e diagnóstico do bem de valor patrimonial, quanto para que as gerações futuras tenham acesso legível a todas as intervenções realizadas.

De acordo com Ruskin (2008), conservar os edifícios das épocas passadas não é questão de oportunidade ou sentimento, eles pertencem, em parte, àqueles que o construíram, e em parte a todas as gerações de homens que deverão vir depois de nós. Entendendo a importância da Igreja Matriz de Santana de Patos na vida cotidiana do distrito e a função social desse edifício, que vai além do caráter religioso, sua restauração é uma necessidade real e essencial para a permanência das relações sociais, afetivas e de significância cultural para a comunidade local.

REFERÊNCIAS

- CORDEIRO, B. C.; MELLO, R. S. *ETAPA 1 – CADERNO 1 Identificação, Conhecimento e Diagnostico do Bem*. Belo Horizonte: RM Cultural, 2020.
- CORDEIRO, B. C.; MELLO, R. S. *ETAPA 2 – CADERNO 2 Proposta de Intervenção*. Belo Horizonte: RM Cultural, 2020.
- FERNANDES, N. A. *A História da Diocese de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968)*. Patos de Minas: Ed. Do autor, 2012.
- FONSECA, G. Domínios de Pecuários e Enxadachins: história de Patos de Minas. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974.
- IBGE. Censo Demográfico-Brasil: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN - Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- LYRA, C. C. *Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso*. Brasília, DF: Iphan, 2016.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para as ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2012.
- MELLO, A. O. *Patos de Minas, meu bem querer*. 3ed. Patos de Minas: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, Secretaria Municipal de Educação, 2008.
- PATOS DE MINAS (MG). *Prefeitura*. 2015. Disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/acidade/historia.php>. Acesso em 22 de maio de 2022.
- PATOS DE MINAS (MG). *Prefeitura*. 2018. Disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/acidade/historia.php>. Acesso em 25 de maio de 2022.
- PATOS DE MINAS. *Decreto nº 2.052*, de 14 de abril de 1998. Dispõe sobre o tombamento e respectiva inscrição da Igreja Matriz de Santana, imóvel situado à Praça Jaime Ramos, s/nº no distrito de Santana de Patos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/p/patos-de-minas/decreto/1998/206/2052/decreto-n-2052-1998-dispoe-sobre-o-tombamento-e-respectiva-inscricao-da-igreja-matriz-de-santana-imovel-situado-a-praca-jaime-ramos-s-n-no-distrito-de-santana-de-patos?r=p>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- RUSKIN, J. 1819 – 1900. *A lâmpada da memória/John Ruskin; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- TEIXEIRA, M. C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- VIÑAZ, S. M. *Teoria contemporânea da Restauração*. Trad. Flavio Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

NOTAS

- ¹ Galilé: trata-se de um recinto coberto, suportado por pilares ou colunas, geralmente adossado ao corpo de uma igreja, que constituía uma entrada alternativa e lateral à entrada principal e um espaço destinado à celebração de assembleias de fiéis.
- ² Tombamento é o instrumento de proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal Com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedido que venha a ser destruídos ou descaracterizados.
- ³ CORDEIRO, B. C; MELLO, R. S. ETAPA 1 – CADERNO 1 Identificação, Conhecimento e Diagnostico do Bem. Belo Horizonte: RM Cultural, 2020.
- ⁴ CORDEIRO, B. C; MELLO, R. S. ETAPA 1 – CADERNO 1 Identificação, Conhecimento e Diagnostico do Bem. Belo Horizonte: RM Cultural, 2020.
- ⁵ CORDEIRO, B. C; MELLO, R. S. ETAPA 1 – CADERNO 1 Identificação, Conhecimento e Diagnostico do Bem. Belo Horizonte: RM Cultural, 2020.
- ⁶ CORDEIRO, B. C; MELLO, R. S. ETAPA 2 – CADERNO 2 Proposta de Intervenção. Belo Horizonte: RM Cultural, 2020.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.